

Aleijar e desbinarizar as bruxas: menstruação como prática coletiva

Laura de Souza Zingra Vomero^{1*} , Vitória Polianna Oliveira Matos¹ , Marivete Gesser¹ 

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão teórico-crítica em psicodrama, em agenciamento com a Teoria *Crip*, os estudos transfeministas e perspectivas críticas de raça e deficiência, com o objetivo de tensionar concepções hegemônicas de grupalidade sustentadas por ideais de autonomia individual, participação plena e capacidade corporal/mental compulsória. Tomamos a experiência menstrual como analisador por compreendermos que ela torna legíveis os modos pelos quais os grupos organizam o cuidado e produzem reconhecimento. A partir desse deslocamento, problematizamos como tais concepções geram exclusões e invisibilizações, abrindo espaço para descolonizar o imaginário em torno dos processos grupais por meio da valorização das práticas de interdependência e cuidado, reposicionando o grupo como campo de produção coletiva da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoa com deficiência; Pessoas trans; Feminismo; Não-binariedade; Psicodrama.

Crippling and de-binarizing witches: menstruation as a collective practice

ABSTRACT

This article proposes a theoretical-critical reflection on psychodrama, in conjunction with Crip Theory, transfeminist studies, and critical perspectives on race and disability, with the aim of challenging hegemonic conceptions of group dynamics underpinned by ideals of individual autonomy, full participation, and compulsory physical/mental capacity. We take the menstrual experience as our lens of analysis because we understand that it reveals the ways in which groups organize care and produce recognition. Building on this shift, we examine how such conceptions generate exclusions and invisibilization, opening space to decolonize the imaginary surrounding group processes by valuing practices of interdependence and care, and repositioning the group as a field of collective life production.

KEYWORDS: People with disabilities; Transgender people; Feminism; Non-binarity; Psychodrama.

Mutilación y desbinarización de brujas: menstruación como práctica colectiva

RESUMEN

Este artículo propone una reflexión teórico-crítica sobre el psicodrama, en conjunción con la Teoría Crip, los estudios transfeministas y las perspectivas críticas sobre la raza y la discapacidad, con el objetivo de cuestionar las concepciones hegemónicas de la grupalidad sustentadas en ideales de autonomía individual, participación plena y capacidad corporal y mental obligatoria. Tomamos la experiencia menstrual como punto de análisis, ya que entendemos que esta pone de manifiesto las formas en que los grupos organizan el cuidado y generan reconocimiento. A partir de este cambio de perspectiva, cuestionamos cómo tales concepciones generan exclusiones e invisibilizaciones, abriendo un espacio para descolonizar el imaginario en torno a los procesos grupales mediante la valoración de las prácticas de interdependencia y cuidado, reposicionando al grupo como campo de producción colectiva de la vida.

PALABRAS CLAVE: Personas con discapacidad; Personas trans; Feminismo; No binariedad; Psicodrama.

1. Universidade Federal de Santa Catarina  – Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Florianópolis (SC), Brasil.

*Autora correspondente: laurazvomero@gmail.com

Recebido: 05 jul. 2026 | Aceito: 03 ago. 2026

Editora de seção: Marília Bruhn 

DESCOLONIZAR O IMAGINÁRIO EM TORNO DAS PRÁTICAS GRUPAIS

Quando se pensa em grupos, quais coletivos emergem na imaginação? Um grupo de mulheres? Um grupo de crianças trans? Professoras e professores universitários? Um coletivo de militância pela legalização do aborto? Um grupo de gestantes? Um encontro de mulheres pretas que incentivam a autonomia sexual e o prazer? Fiquemos com esses exemplos.

Experimente, por efêmeros segundos, permitir-se imaginar as pessoas que compunham esse grupo. Como são esses corpos? Você imaginou alguma criança com síndrome de Down? Havia alguma professora aleijada ministrando uma aula de cadeira de rodas? Conseguiu contemplar aquela militante que contribui para o seu coletivo enquanto permanece deitada em sua cama devido a uma lesão medular grave? Havia algum boyceta¹ ou transmasculino indígena autista grávido? Quem segurava o vibrador da mulher que vive a experiência de dependência complexa²? Entre as pessoas imaginadas, alguma escapava do regime binário de gênero (não se reconhecendo nem na categoria homem, nem na categoria mulher, independentemente de ser uma pessoa trans)?

Será que, quando falamos em utopia moreniana³, incluímos as existências que escapam da corponormatividade nesse futuro desejado? Como a nossa habilidade de imaginação foi capturada por estereótipos de corpos e mentes compulsoriamente capazes e binarizados? Talvez, esse breve exercício nos mostre que nem sempre a nossa imaginação emerge de fluxos espontâneos e criativos. Em vez de abrir possibilidades, ela também pode re/produzir normas que organizam quais corpos podem ocupar determinados lugares políticos, afetivos e sociais. Afinal, qual experiência encarnada está autorizada a menstruar, desejar, gestar, transar, sentir prazer e produzir mundos? E quais foram historicamente colocadas às margens da inelegibilidade?

Quem sabe, esse exercício também possa nos ajudar a compreender como a imaginação sobre corpos, coletivos e futuros é, comumente, atravessada por regimes capacitistas, racistas, transfóbicos e classistas que delimitam quais corporalidades podem ser reconhecidas como participantes legítimas da vida em comunidade.

Como possibilidade de combater essas violências e, nas palavras da pesquisadora Geni Nuñez em entrevista a Fernanda Martins, de reflorescer o imaginário, defendemos que não há existência fora da interdependência, ainda que os modos hegemônicos de pensar a autonomia e a grupalidade tendam a invisibilizar ou excluir determinados modos de vida (Martins & Nuñez, 2024). Nessa composição, também buscamos ampliar os modos de compreender os processos grupais a partir do pensamento comunitário de desobediência neoliberal (Vomero & Malaquias, 2025). Essa perspectiva desafia a narrativa hegemônica de sucesso, recusa a mensuração da vida por padrões individualizantes de produtividade e afirma a centralidade das relações e das práticas políticas de cuidado na produção da vida em comunidade.

Nesse sentido, este artigo propõe uma reflexão teórico-crítica em psicodrama, em diálogo com a Teoria *Crip*, especialmente a partir das contribuições de Alison Kafer, Robert McRuer e Anahí de Mello, e com os estudos transfeministas, mobilizando os conceitos de Viviane Vergueiro e a perspectiva da menstruação crítica, em articulação com os estudos críticos de gênero, raça e deficiência. O objetivo é tensionar concepções hegemônicas de grupalidade que operam a partir de ideais de autonomia individual, participação plena e capacidade corporal/mental compulsória.

A Teoria *Crip*, traduzida para o português como teoria aleijada, defende um modelo cultural e político da deficiência, assumindo-a como uma condição constitutiva da experiência humana e comprometendo-se com a luta contra a normalização dos corpos (Mello et al., 2022). Ao propor aleijar os modos de produção do conhecimento, questiona a frequente premissa

¹ “[...] em São Paulo, as pessoas não-binárias que antes definiam a si próprias como transmasculinas vem reivindicando, cada vez mais, outro nome para si: boyceta. Da mesma forma como a travestilidade foi construída como uma possibilidade de gênero à parte, para além do ‘ser homem’ e do ‘ser mulher’, a construção de ‘boyceta’ vem se mostrando também enquanto um gênero próprio (muitas pessoas, inclusive, se valem deste paralelismo entre travesti e boyceta para explicar a nova identidade). A diferença entre boyceta e homem trans, tal qual travesti e mulher trans, é de autodeclaração, mas implica também em reivindicar uma masculinidade que não evoca a ideia de homem, muitas vezes passando pelo lugar do transviado, da anunciação de uma masculinidade que além de não ser falocêntrica se propõe a não ser tóxica [...]” (Vicente, 2020, p. 20).

² A dependência complexa pode ser definida como “o tipo de dependência experienciada por pessoas que, por terem um alto grau de impedimentos – físicos, sensoriais, intelectuais, psicossociais ou múltiplos –, necessitam de apoio e/ou suporte para a maior parte das atividades das quais precisam ou desejam participar” (Gesser et al., 2022, p. 2).

³ Entendemos por utopia moreniana o horizonte ético-político presente na obra de J. L. Moreno, orientado pelo desbloqueio de fluxos espontâneos e criativos e pela construção de uma sociedade composta por relações téticas e democráticas. Neste artigo, interrogamos em que medida esse horizonte tem sido capturado por pressupostos corponormativos, capacitistas e cisnormativos que despolitizam a potência ético-política do pensamento moreniano.

dessas produções a partir da suposição de corpos compulsoriamente capazes. Nesse sentido, tomamos a experiência menstrual como analisador por compreendermos que ela torna visíveis os modos pelos quais os grupos organizam o cuidado. Esse deslocamento nos permite problematizar como concepções hegemônicas de grupalidade produzem exclusões e invisibilizações, abrindo espaço para a descolonização do imaginário em torno dos processos grupais mediante a valorização de práticas de interdependência, cuidado e o reposicionamento do grupo como campo de produção coletiva da vida.

Entendemos a interdependência como condição constitutiva da vida social, ainda que frequentemente combatida por ideais de autonomia corporal e mental compulsória (Kafer, 2003; Mello, 2016). Algumas existências são socialmente produzidas como autossuficientes, o que tende a ocultar sua própria interdependência, enquanto outras têm sua dependência tornada visível e, por isso, frequentemente deslegitimada. Desse modo, propomos contribuir para a descolonização do imaginário, ampliando os modos de reconhecer práticas grupais que foram historicamente negadas pela lógica do individualismo neoliberal, abrindo, assim, fissuras nas formas de pensar os corpos, os afetos, os grupos, a militância e a vida coletiva.

Problematizar a imaginação hegemônica implica interrogar os modos pelos quais a possibilidade de menstruar tem sido reservada a corpos e mentes compulsoriamente capazes. Esse imaginário capacitista não apenas dificulta o reconhecimento de futuros que incluam pessoas com deficiência, como também restringe a possibilidade de pensar a deficiência enquanto categoria de análise (Kafer, 2003), o que impacta diretamente na formulação de políticas públicas e em projetos de educação menstrual. Ao deslocarmos a deficiência para uma categoria política, tornam-se materiais os modos pelos quais discursos aparentemente neutros, como “vulnerabilidade” ou “fragilidade”, podem operar como formas de higienização do termo deficiência.

Compreender a deficiência como categoria política permite reconhecer sua constituição enquanto marcador social que, em intersecção com outras categorias e relações de poder, re/produz não apenas desigualdades e opressões, mas também agência e potencialidade, por meio de discursos que rompam com sua objetificação e patologização, contribuindo para a luta anticapitista (Gesser & Moraes, 2024). Politizar a deficiência implica também disputar a organização dos espaços, instituições e relações, de modo a produzir acessibilidade para todos os corpos, sem reduzir essa tarefa à eliminação de barreiras ou a soluções individualizadas (Gesser & Mello, 2021). Isso porque a acessibilidade não se garante apenas com a remoção de obstáculos físicos, comunicacionais e atitudinais. Algumas pessoas com deficiência necessitarão de diferentes formas de suporte para vivenciar o cuidado menstrual de maneira digna, evidenciando a interdependência como condição inexorável da existência humana (Fietz, 2017; Kittay, 2011; Luiz & Gesser, 2023).

Nesse sentido, uma perspectiva anticapitista reconhece a possibilidade de autodeterminação e autogestão dos corpos e experiências menstruais, mesmo quando estes experienciam uma condição de dependência complexa, necessitando de muitos recursos de acessibilidade, apoios e suportes para o exercício de direitos. Assim, a deficiência passa a ser reconhecida como uma possibilidade legítima de existência, constitutiva da subjetividade e atravessada por potencialidades e singularidades, em consonância com críticas ao imaginário patologizante e curativo que sustenta a capacidade corporal compulsória (Kafer, 2003).

Essa lógica que obstaculiza a autogestão da menstruação está atrelada à concepção de corponormatividade que, segundo a antropóloga Anahí de Mello, pode ser compreendida como um padrão que “considera determinados corpos como inferiores, incompletos ou passíveis de reparação/reabilitação quando situados em relação aos padrões hegemônicos corporais/funcionais” (Melo, 2016, p. 3271). Essa noção articula-se à cisnormatividade ao produzir uma leitura normativa, binária e hierarquizada das corporalidades, organizada em torno das categorias “masculino” e “feminino” como únicas possibilidades legítimas de existência (Vergueiro, 2016). Nesse enquadramento, a menstruação é reconhecida como uma experiência exclusiva de mulheres cisgêneras que responde à corponormatividade, enquanto pessoas com deficiência, não binárias, transmasculinas e boycetas têm suas experiências menstruais invisibilizadas ou seus corpos submetidos a expectativas de correção e normalização.

(RE)INVENTAR A REALIDADE PARA PRODUZIR NOVOS MODOS DE VIDA

Expandir nossa capacidade de imaginar e produzir outras práticas coletivas no mundo implica reconhecer que os grupos operam como espaços de produção de subjetividades e circulação de afetos. Espaços que tanto podem favorecer encontros e deslocamentos, quanto re/produzir silenciamentos e exclusões. Quantas vezes o debate sobre autonomia do prazer considerou a dependência de um determinado corpo para experimentar o gozo? Quantas vezes a menstruação, a sexualidade ou a gestação foram pensadas para além de corpos e mentes compulsoriamente capazes e binários?

A dimensão afetivo-sexual, (não) reprodutiva e/ou menstrual em existências que escapam à corponormatividade é pouco debatida nos contextos acadêmicos e sociopolíticos (Santos et al., 2025; Vomero, 2025), visto que esta temática é considerada uma pauta desviante da norma da racionalidade cis-heterossexual de capacidade. Nesse imaginário colonizado, o sexo e a sexualidade são tratados como tabus (Souza & Gagliotto, 2023), ainda mais em corpos trans e/ou com deficiência. Esse silenciamento articula-se à produção de concepções normativas de afetividade e sexualidade, pautadas em prescrições que reforçam sistemas coloniais, monogâmicos, racistas, misóginos, LGBT+fóbicos, binários, capitalistas e capacitistas (Martins & Nuñez, 2024).

A descolonização dos afetos pede pelo reconhecimento de práticas relacionais que desafiem tais normatividades, uma vez que algumas existências são impossibilitadas de mascararem a interdependência, evidenciando que a suposta autonomia e autossuficiência (estimuladas pelo neoliberalismo) são inatingíveis. Quando pensamos a menstruação a partir dessa perspectiva, ela deixa de ser compreendida como um acontecimento individual para ser reconhecida como uma experiência coletiva atravessada por relações de cuidado, acessibilidade, intimidade, suporte, entre outros.

A relação entre menstruação, afetividade, intimidade e deficiência é muito bem articulada a partir das contribuições de Mia Mingus, escritora e educadora com deficiência e *queer*. Seu conceito de intimidade de acesso descreve situações em que uma pessoa sente segurança, bem-estar e conforto com outra, pois suas necessidades de acessibilidade são atendidas nessa relação (Mingus, 2017). Compreendemos que a prática da intimidade de acesso, atravessada pelo afeto, produz, simultaneamente, justiça para pessoas com deficiência e o enfrentamento do capacitismo. Nas palavras da autora:

Cultivar a intimidade de acesso é uma forma de desafiar diretamente o capacitismo e o isolamento implacável que as pessoas com deficiência enfrentam, especialmente as pessoas com deficiência que fazem parte de outras comunidades oprimidas. A intimidade de acesso reconhece e compreende a qualidade relacional e humana do acesso, ao mesmo tempo em que aprofunda as relações envolvidas. Move o trabalho de acesso para fora do domínio apenas da logística para o domínio dos relacionamentos e da compreensão das pessoas com deficiência como seres humanos, não como fardos [...]. Acessar a intimidade é a interdependência em ação (Mingus, 2017, s/p, tradução nossa).

A partir de tais ponderações, a menstruação nos ajuda a deslocar o foco do indivíduo para as redes de *respons-habilidades* que sustentam a vida em comum (Haraway, 2023). A intimidade na menstruação implica compreender que menstruar em comunidade é condição de possibilidade para que, nesse emaranhado relacional, sejam ativados fluxos de espontaneidade e criatividade, favorecendo a produção de vínculos tólicos entre os seres. Em outras palavras, coletivizar a menstruação é contrapor as lógicas coloniais e produzir modos de vida mais alegres, ecológicos e comunitários.

É importante lembrar que esse emaranhado de interdependências também nos coloca em relação com seres de outras espécies, uma vez que as formas de manejar a menstruação produzem efeitos diretos sobre os contextos socioambientais. A interdependência menstrual pode ser compreendida, assim, como uma vasta rede rizomática que atravessa as diferentes formas de vida que habitam o planeta. A possibilidade de ligamentos de *respons-habilidade* não exige reciprocidade, mas o compromisso ético de responder às relações que nos constituem e de oferecer, a partir da experiência e singularidade de cada existência, aquilo que torna possível a sustentação da vida comum.

Todavia, quando refletimos acerca da dependência complexa, a necessidade de suporte e mediação é logo percebida e legitimada nos contextos de estudo, trabalho, lazer e cuidados diários. Mas, quando se trata da necessidade de suporte para o pleno exercício da vida afetiva, sexual e cuidados menstruais, este debate é permeado por tabus, ou seja, pouco se reflete sobre essas necessidades de acessibilidade (Luiz, 2023).

Fiquemos novamente com algumas perguntas: quem auxilia a pessoa com deficiência que pode ter a locomoção limitada a trocar um absorvente ou esvaziar um coletor menstrual quando é necessário suporte para isso? Como são garantidas a privacidade e o consentimento nesses processos? O acesso ao banheiro, aos produtos menstruais e às condições de higiene é assegurado? Para expandir o processo imaginativo sobre a interdependência, tomemos o exemplo de um encontro afetivo-sexual: suas demandas de acessibilidade serão garantidas? Como serão realizadas as transferências entre a cadeira de rodas e a cama? A pessoa com deficiência terá auxílio para retirar (e depois recolocar) suas roupas antes (e depois) da relação sexual? Terá o direito assegurado ao uso do preservativo, recebendo mediação para tal, se necessário? O acesso ao banheiro (incluindo trocas de fraldas, ou até mesmo a passagem de sonda na uretra) será garantido?

Se expandirmos nossas perspectivas para além de uma compreensão individualizante e corponormativa, compreendemos que se relacionar afetiva e sexualmente também são práticas que se constroem de forma coletiva e comunitária. Logo, tanto parceiros/as/es das pessoas com deficiência quanto seus cuidadores/as e amigas/ues/os podem compor as redes de apoio que tornam possível a acessibilidade, a afetividade e a liberação dos fluxos espontâneos e criativos nessa relação, uma vez que a interdependência é condição constituinte ao longo de toda a vida das pessoas, com e sem deficiência.

Isto também se relaciona com os modos como determinados corpos são reconhecidos como desejáveis, amáveis ou dignos de intimidade. Além da marginalização das existências com deficiência e/ou não binários, transmasculinos e boycetas nos debates sobre amor e afetividade, a menstruação aparece de forma ainda mais subalternizada quando deslocamos nossas existências para o campo da produção científica e das políticas públicas. Uma das problemáticas parte do fato de o Brasil constituir-se a partir de um projeto político sustentado por um pensamento social profundamente arraigado por conservas corporais e coloniais que resulta na cristalização da NBfobia⁴, do capacitismo, do racismo, da transfobia e da misoginia (Vomero, 2025).

A herança dessa história manifesta-se, por um lado, na compreensão medieval da menstruação como algo maligno, capaz de produzir deficiência em outros corpos, uma vez que se acreditava que o contato com o sangue menstrual poderia causar câncer ou lepra, compreendendo o útero como fonte e/ou sinônimo de histeria. Por outro lado, ainda na narrativa hegemônica ocidental, com a instauração da ginecologia moderna, o corpo da mulher cis passa a ser concebido como um território a ser conquistado e dominado, marcado por múltiplas disfunções psíquicas e físicas atribuídas à menstruação e à presença de um útero.

Os efeitos do processo de colonização em nosso imaginário menstrual manifestam-se na escassez de reconhecimento e políticas em torno do tema da menstruação. Muitos homens cis – e, não raramente, as próprias pessoas menstruantes – acabam internalizando sentimentos de nojo em relação ao sangue menstrual e à própria experiência de menstruar. Muitas pessoas evitam se relacionar sexualmente com pessoas menstruadas, ou até mesmo as pessoas menstruadas evitam fazer sexo, podendo reproduzir interdições e estigmas que remontam à Idade Média (Vomero, 2025).

Para além de ser temática de questões de saúde pública e de direitos (não) reprodutivos das pessoas trans e com deficiência, a menstruação está diretamente relacionada aos campos do amor, da afetividade e da sexualidade. A educação menstrual insurge como importante prática para compor, também, o campo da educação sexual, uma vez que o reconhecimento do ciclo menstrual, do funcionamento dos hormônios e das variações do desejo sexual e de libido na vida pode contribuir não apenas para o autoconhecimento, mas também para a construção e o aprofundamento da intimidade com outrem.

Essas discussões, além de serem compreendidas como práticas coletivas, seriam, do mesmo modo, cada vez mais importantes para atravessar diferentes processos grupais, como grupos terapêuticos, espaços educativos, rodas de conversa,

⁴ NBfobia refere-se à discriminação ou ao preconceito contra pessoas não binárias, cuja identidade de gênero não se enquadra nas categorias masculino (homem) e feminino (mulher).

sala de aula, supervisão clínica, entre outros. São temáticas de extrema relevância, especialmente no que diz respeito às existências que desviam das normas e imaginários grupais hegemônicos que definem quais corpos são reconhecidos como corpos que menstruam, que desejam e que podem se passar por autossuficientes. Nesse aspecto, não podemos deixar de incluir a menopausa, uma vez que o etarismo também acarreta violências cotidianas sobre estigmas, como a noção de invalidez, e a falta de informação sobre os efeitos psicossociais dessa fase da vida para além do modelo biomédico.

ALEIJAR E DESBINARIZAR AS BRUXAS: MENSTRUACÃO E COLONIALIDADE

Quando abordamos a temática menstrual enquanto prática coletiva, combatemos a institucionalização moderno-social de sofrimentos, de subtração de políticas públicas relacionadas aos direitos (não) reprodutivos e a reatualização do projeto político de morte colonial na atualidade. Se tanto a produção acadêmica quanto as políticas públicas se ausentam de contribuir para a segurança menstrual de corpos com deficiência, não-binários, transmasculinos e de boycetas, precisamos de novas saídas para errarmos diante de um projeto colonial que vinga.

A omissão dessas duas esferas contribui para a reprodução do *status quo*, fixando, de maneira profundamente perversa, o marcador da deficiência como sinônimo de tragédia e fragilidade e despotencializando sua amplitude política e conceitual enquanto categoria analítica da realidade. Soma-se a isso a reprodução transfóbica da temática da menstruação, frequentemente restrita aos corpos de mulheres cisgêneras, bem como a exclusão das não-binariedades, das transmasculinidades e dos boycetas dos debates sobre violência de gênero, embora essas vidas sejam cotidianamente atravessadas pelo machismo e pela misoginia.

Esse cenário não é contingente, mas se ancora em uma racionalidade moderna-colonial mais ampla. Como aponta Ramón Grosfoguel, as universidades ocidentalizadas e o mundo moderno surgiram na base de genocídios e epistemicídios dos sujeitos coloniais: “contra muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus, contra povos nativos na conquista das Américas, contra povos africanos na conquista da África e a escravização dos mesmos nas Américas e, finalmente, contra as mulheres europeias queimadas vivas acusadas de bruxaria” (Grosfoguel, 2016, p. 25).

O que se perde da discussão do período intitulado como a caça às bruxas era que todo corpo que fugisse da norma cis-heterocolonial era perseguido, e não apenas mulheres cisgêneras (Vomero, 2025). Segundo o educador Gustavo Piccolo (2022), raramente foi discutido sobre as pessoas com deficiência na inquisição da igreja católica, instaurando um universo acadêmico que pouco se apropriou das consequências dessa nefasta experiência acerca do genocídio contra corporalidades não normativas que foram alvos diretos de perseguição.

O Vaticano considerava maléficas crises de ansiedade e/ou mentais, a mudez, qualquer diferença funcional ou estética – e até marcas na pele poderiam ser incriminadoras. Julgavam tais características como advindas do demônio e que se manifestavam pelo feio. “Verrugas, corcundas, deformações físicas como mãos tortas, tudo isso podia ser visto por manifestação de bruxaria” (Piccolo, 2022, p. 84).

Conforme a pedagoga Denise Alves (2017), embora a contemporaneidade tenha deslocado as explicações da deficiência do campo predominantemente religioso para o científico, isso não significou o abandono das lógicas de controle sobre esses corpos. Ao contrário, quando se desconsideram os modelos sociais e políticos da deficiência, o paradigma biomédico re/produz conservas corporais e coloniais, reiterando práticas de normalização, correção e tutela. Processos semelhantes podem ser encontrados na constituição da ginecologia moderna que, embora tenha produzido novos conhecimentos sobre os corpos menstruantes, consolidou uma compreensão do corpo da mulher cis em consonância com as racionalidades coloniais de seu tempo. Esse campo também se constituiu por meio da realização de práticas violentas e experimentações sádicas em corpos de mulheres negras vivas e sem anestesia, evidenciando que seus supostos avanços e progressos científicos estiveram profundamente imbricados com o racismo (Vomero, 2025).

A descolonização do imaginário menstrual implica romper com as racionalidades cisgêneras, heterossexuais, coloniais, racistas e capacitistas que historicamente definiram quais corpos podem menstruar e ser dignos de reconhecimento. Descolonizar esse imaginário pode significar, portanto, questionar a patologização e os mecanismos de controle que incidem

sobre corpos considerados desviantes, bem como ampliar o debate para incluir as vivências de pessoas com deficiência, não binárias, transmasculinas e boycetas.

A experiência de pessoas com deficiência foi e continua sendo atravessada por discursos eugenistas que sustentam a prática da esterilização compulsória. Esse procedimento é frequentemente autorizado por responsáveis legais, sem o consentimento formal das próprias pessoas com deficiência, consideradas incapazes de compreender a intervenção e suas consequências. Sob a justificativa do controle reprodutivo e da prevenção da gravidez, a interrupção do ciclo menstrual também é frequentemente incentivada e apresentada como uma medida de cuidado (Costa et al., 2024; Lima, 2026).

Talvez não seja por acaso que a interrupção da menstruação permaneça entre as primeiras respostas oferecidas por profissionais da saúde. Arriscamos pensar que, quando fazer cessar o sangramento é apresentado como forma exclusiva de cuidado, a interrupção da menstruação também pode produzir efeitos de controle reprodutivo socialmente legitimados. Nesses contextos, a interdependência, condição constitutiva da vida, é reduzida a relações tutelares que restringem a participação de quem menstrua nas decisões sobre o próprio corpo. A menstruação deixa, então, de ser acompanhada como uma experiência situada e passa a ser tratada como um problema cuja eliminação parece dispensar a construção compartilhada do cuidado, contribuindo para a manutenção de uma lógica eugenista que historicamente legitimou a esterilização de pessoas com deficiência.

Esse fenômeno se revela como uma grave violação dos direitos (não) reprodutivos. Trata-se de conservas corporais e coloniais, enraizadas na eugenia, em dispositivos biopolíticos e no discurso biomédico, que re/produzem corpos passíveis de tutela e controle (Vomero, 2025). Ao naturalizar a incapacidade de decidir sobre o próprio corpo e sobre a experiência menstrual, tais práticas restringem a autonomia, bloqueiam os fluxos espontâneo-criativos, cristalizam formas de existência e impedem que a pessoa exerça sua potência criadora sobre a própria vida.

Esse imaginário também associa o exercício da sexualidade das pessoas com deficiência ao “perigo de que elas reproduzam uma prole também com deficiência” (Luiz, 2023, p. 83). Essas conservas corporais e coloniais obstaculizam a garantia dos direitos sexuais e (não) reprodutivos dessas pessoas. O modelo biomédico da deficiência, enquanto expressão da colonialidade do poder e do saber (Quijano, 2005), reduz a deficiência à incapacidade, legitimando, ao invés de redes comunitárias, práticas grupais de tutela sobre esses corpos. Como consequência, reforça a negação da autodeterminação corporal, a esterilização compulsória, a compreensão dessas existências como assexuadas e a imposição de uma menstruonormatividade.

São muitos os mitos que historicamente atravessaram, e ainda atravessam, a temática da menstruação. Entre eles, destacam-se a compreensão da menstruação como algo vergonhoso, impuro ou sujo, bem como a ideia de que a menarca marca, necessariamente, o início do uso de medicamentos, o que leva ao entendimento dessa experiência a partir de uma lógica patologizante. Longe de constituírem apenas crenças ou imaginários sociais, esses discursos incidem diretamente sobre a nossa materialidade, re/produzindo efeitos ainda mais violentos na vida de pessoas com deficiência, não binárias, transmasculinas, boycetas, mulheres negras, mulheres indígenas e pessoas pobres (Vomero, 2025). Persiste também o mito de que pessoas com deficiência não menstruam, o que acarreta compreensão hegemônica e autossuficiente dessa experiência (Costa et al., 2024).

Nesse sentido comunitário, a descolonização do imaginário implica compreender o cuidado menstrual enquanto prática coletiva que depende de uma trama de relações, saberes, suportes e condições materiais que tornam possível a experiência. Quando a circulação dos afetos, dos cuidados e dos suportes é restringida, a pobreza menstrual deixa de ser compreendida como uma condição individual e denuncia a precarização das relações coletivas que sustentam a experiência de menstruar.

MENSTRUONORMATIVIDADE: PISTAS PARA DESUNIVERSALIZAR A MENSTRUACÃO

O conceito de menstruonormatividade foi criado por Josefin Persdotter (2020) a partir de uma bricolagem entre saberes trans, *queer* e feministas para problematizar os sistemas sociais que produzem inteligibilidade e abjeção em torno da experiência menstrual. Em diálogo com Judith Butler (2016), trata-se de compreender como esses sistemas constituem

zonas “não vivíveis” e “inabitáveis” da vida social, povoadas por pessoas cujas existências não alcançam o reconhecimento como sujeitos. Esses sistemas sociais, ainda segundo Butler (2016), podem ser codificados enquanto esquemas reguladores que não se traduzem em estruturas atemporais, mas sim como critérios de inteligibilidade historicamente revisáveis para re/produzir, conquistar e qualificar, na materialização da norma, a categoria de corpos que (não) importam.

A bricolagem é feita pela conexão entre os conceitos de heteronormatividade, cisnormatividade, homonormatividade e corponormatividade. Para Persdotter (2020), a menstruação atua de modo semelhante a esses sistemas de organização, que legitimam alguns corpos e comportamentos menstruais como supostamente corretos, bons e ideais, enquanto outros são reconhecidos como anormais, não saudáveis ou até mesmo repulsivos. Essa cadeia de conceitos normativos opera de forma conjunta, limitando e conjecturando a experiência menstrual de maneiras contraditórias e paradoxais.

A menstrunormatividade, como descrito por Persdotter (2020), apoia-se no conceito *crip* de corponormatividade, que critica a tomada de um determinado corpo como referência hegemônica da existência. Se a Teoria *Crip* nos convida a aleijar os modos hegemônicos de produzir conhecimento, talvez seja também o momento de aleijarmos a menstruação, rompendo com a conserva corporal e colonial que sustenta a menstrunormatividade e recusando a ideia de um corpo universal, cisgênero e sem deficiência como medida da experiência de menstruar. Ao desestabilizar esse centro, atualizam-se, então, experiências historicamente apagadas e ampliam-se as possibilidades de aprender, compartilhar, viver a menstruação e exercer os direitos sexuais e (não) reprodutivos mais do que com dignidade, mas como modos de vidas possíveis.

Quando a menstrunormatividade estabelece um corpo universal para a experiência de menstruar, seus efeitos não se restringem ao plano simbólico. Eles organizam também as condições materiais pelas quais determinados corpos acessam – ou são privados de acessar – informação, cuidado, infraestrutura sanitária, serviços de saúde e redes de apoio. Em outras palavras, a menstrunormatividade também produz circuitos cristalizados de organização do cuidado.

Essa organização torna-se evidente quando relatamos pessoas que experienciam situações de dependência complexa, onde a vivência da sexualidade e da menstruação explicita aquilo que costuma permanecer invisível em experiências marcadas pelo ideal de autonomia: a necessidade de redes de apoio, de relações de cuidado e de dispositivos coletivos que possibilitem o exercício de direitos. Longe de negar a autonomia, essas experiências elucidam que ela é praticada por meio de processos grupais.

Ao organizar socialmente quem pode ser reconhecido como sujeito da menstruação, a menstrunormatividade também produz desigualdades no acesso ao cuidado. Essa lógica atravessa a organização dos serviços de saúde, onde os direitos sexuais e (não) reprodutivos das pessoas com deficiência são sistematicamente violados, seja pela escassez de informações acessíveis, pela falta de preparo das equipes de saúde, pela inadequação dos equipamentos ou ainda pela inexistência de condições que garantam o acesso aos cuidados ginecológicos e preventivos, como a mamografia e o papanicolau, que tornam-se inacessíveis para mulheres com restrições de mobilidade ou deficiências (Oliveira et al., 2025). Do mesmo modo, grande parte dos debates promovidos por profissionais da ginecologia continua tomando como referência corpos cisgêneros e sem deficiência.

De acordo com Costa et al. 2024, pelo fato de pessoas com deficiência serem tratadas como existências desviantes e inferiores, suas experiências menstruais e necessidades de cuidado ficam invisibilizadas. Essa lógica se intensifica quando compreendida de maneira interseccional à transgeneridade, produzindo barreiras adicionais para pessoas transmasculinas, não binárias e boycetas que menstruam, ainda mais em conjunto com a pobreza menstrual, escassez de educação menstrual acessível e processos recorrentes de infantilização. Como consequência, o cuidado menstrual desses sujeitos é marcado por diferentes formas de exclusão e violência, como:

[...] falta de acesso à informação segura, a absorventes e a remédios; falta de acesso e acessibilidade para uso das instalações sanitárias; produtos higiênicos com formato e/ou textura inadequados; falta de apoio para a troca e higiene dos absorventes; interrupção do ciclo menstrual e esterilização sem consentimento (principalmente das pessoas com deficiência intelectual); superproteção e violação do direito sexual e reprodutivo; desrespeito ao protagonismo da pessoa (Costa et al., 2024, p. 8).

DESCOLONIZAR O IMAGINÁRIO MENSTRUAL

Descolonizar o imaginário menstrual pode insurgir como ato de resignificação, ou seja, reconhecer o sangramento corporal, assim como o gozo, o suor, a lágrima, a urina, como mais um desses fluidos produzidos e esparramados pelo corpo. É urgente romper com o discurso biomédico que apresenta a menarca como fase que anuncia a necessidade de uma longa jornada de intervenção medicamentosa. Uma releitura crítica pode proporcionar o reencantamento dessa experiência em cada corpo, levando ao resgate da autonomia e da (re)construção de uma relação mais harmônica com a própria menstruação (Vomero, 2025).

A autonomia está sendo compreendida como a possibilidade de cada corpo, seja ele um corpo deficiente⁵ e/ou trans, de decidir sobre si mesmo, sua sexualidade e seus cuidados menstruais. Essa autonomia não pode ser reduzida à captura neoliberal que a define como ação puramente individual. Pelo contrário, ela precisa ser compreendida dentro de uma organização social que reconhece a interdependência, na qual seres humanos e não humanos se relacionam, interagem e cooperam (des)continuamente.

Nesse sentido, pensar a autonomia para além da lógica neoliberal, isto é, como prática interdependente, situada e coletiva, exige reconhecer que as escolhas relacionadas à menstruação não se produzem isoladamente. Assim, o exercício de autonomia em relação à menstruação só é possível quando diferentes campos se articulam. Isso envolve, dentre outros, uma equipe médica que apresente as reais possibilidades disponíveis – usar ou não medicamentos, menstruar ou não, escolher entre distintos métodos de manejo menstrual, ponderar seus benefícios e efeitos adversos ou, em alguns casos, decidir pela retirada do útero – sempre respeitando a experiência, os desejos e a sensibilidade de cada pessoa. Portanto, não existe uma única forma legítima de vivenciar a menstruação, mas diferentes necessidades produzidas na relação entre corpo, contexto e modos de vida.

Pessoas autistas, por exemplo, podem apresentar hipersensibilidades sensoriais que tornam determinadas texturas, odores ou materiais utilizados no manejo menstrual desconfortáveis. Também podem vivenciar intensificação do sofrimento no período pré-menstrual, o que demanda uma compreensão que articule os aspectos biomédicos às dimensões sociais, afetivas e políticas dessa experiência, evitando tanto sua patologização quanto a negação dos efeitos corporais e possíveis somatizações que também podem ser trabalhadas no território psicoterapêutico. A autonomia, então, para ser vivida, acompanha toda uma complexidade política de prática grupal.

Nesse sentido, o uterodrama constitui um método psicodramático sustentado por um referencial filosófico que permite compreender como os dispositivos de gênero, raça, capacidade e os discursos em torno da ginecologia e da menstruação produzem modos de subjetivação. Ao materializar-se nos corpos e nas relações, esses discursos podem bloquear fluxos de espontaneidade e criatividade, restringindo a produção de ligamentos télicos, compreendidos como vínculos que potencializam a espontaneidade, a criatividade e a composição de novos modos de existir em comum (Haraway, 2023; Vomero, 2025).

Como ilustração do potencial do uterodrama enquanto intervenção psicodramática, retomamos a vivência “*O que brota do encontro entre corpos que (não) menstruam? Possibilidades para reflorescer o imaginário menstrual*”, trabalho dirigido pela primeira autora deste artigo. Ao longo da dramatização, emergiram elementos do coinconsciente colonizado, compreendido aqui como a expressão grupal de imaginários, afetos e conservas coloniais compartilhadas e atualizadas no coconsciente (Vomero, 2025). As consultas ginecológicas foram equiparadas à industrialização e a linhas de montagem automatizadas; homens cis se afastavam dos diálogos e das responsabilidades relacionadas ao cuidado menstrual; escolas precarizadas mostraram dificuldades em abordar a educação menstrual; a menarca foi vivenciada como experiência de vergonha, exposição e humilhação, a menstruação apareceu associada exclusivamente aos corpos de mulheres cis e sem deficiência. A dramatização trouxe para o coconsciente como determinadas experiências permanecem fora do campo do pensável,

⁵ O termo “deficiente” vem sendo utilizado por ativistas e pesquisadores com deficiência no Brasil como uma abreviação subversiva da palavra “deficiente”, de forma a reforçar a dimensão positiva da deficiência enquanto uma identidade política (Mello et al., 2022).

mesmo em espaços comprometidos com a reflexão crítica. Ao explicitar essas ausências, o uterodrama favoreceu sua problematização coletiva, produzindo fissuras no imaginário menstrual e abrindo, também, caminhos para a sua descolonização. Nesse sentido, tanto o uterodrama quanto o psicodrama podem constituir rotas de desvio frente à racionalidade da conserva colonial (Vomero, 2022).

Se o imaginário menstrual é produzido e reproduzido coletivamente, sua transmutação também depende de processos grupais que desestabilizem os modos de imaginar os corpos, os afetos e a vida em comunidade. O uterodrama, então, é um exemplo de método e intervenção grupal comprometido com esse movimento, favorecendo o deslocamento de conservas, a produção de novos ligamentos télicos e a invenção de outras formas de habitar o mundo.

DESCOLONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO-CORPO-TERRITÓRIO

A prática menstrual constituiu-se como um analisador privilegiado de como a vida se produz por meio de redes de conexão, cuidado e interdependência. O quilombola Antônio Bispo nos lembra que aquilo que a colonialidade nomeia como cultura corresponde, para os povos quilombolas, a modos de vida (Itaú Cultural, 2021). Aprender com seus ensinamentos permite desestabilizar as compreensões individualizantes da menstruação, restritas ao funcionamento biológico, para reconhecê-la como uma experiência que se tece nas relações entre corpos, territórios e modos de vida. Menstruar convoca responsabilidades, saberes, tecnologias, afetos e práticas de cuidado que só se tornam possíveis em composição com humanos, mais-que-humanos e mundos.

Se Nêgo Bispo nos oferece caminhos para enfrentar a colonialidade e as formas pelas quais ela devasta modos de habitar o mundo, Glória Anzaldúa (1981/2021) nos mostra que esse enfrentamento também passa pelos modos de habitar o corpo. Em *“La Prieta”*, a autora transforma a experiência da histerectomia em uma narrativa de conquista colonial inscrita na própria carne. O corpo operado, nas palavras de Anzaldúa, torna-se território violado. A faca do homem branco devassa *“La Chingada”*; o útero e os ovários são lançados ao lixo junto à língua arrancada, ao nome roubado, ao sangue esvaído e ao rompimento com o próprio povo. Contudo, e a partir dessa ferida, Anzaldúa recusa fazer de seu corpo uma conserva corporal da violência colonial. Ao escrever suas cicatrizes, transmuta a dor em denúncia. Sua escrita não apenas reinscreve outras possibilidades de habitar o próprio corpo, mas também nos convoca a escrever, narrar e criar outros modos de habitar o mundo.

O desafio compartilhado está na possibilidade de produzirmos alianças afetivas possíveis de descolonizar o imaginário menstrual. Como nos disse Anzaldúa, as coalizões entre grupos desviantes da norma constituem uma forma potente de enfrentamento às múltiplas estruturas de dominação. Em diálogo com Butler (2016), compreendemos a vulnerabilidade corporal e a interdependência como condições constitutivas da vida. Assim, tais alianças não se restringem a estratégias de resistência política, mas sustentam modos de existência em comum.

A menstruação insurgiu como categoria de análise para evidenciar como os grupos organizam o cuidado, distribuem reconhecimentos, re/produzem exclusões e delimitam quem pode participar da vida em comum. Descolonizar o imaginário menstrual, portanto, abre caminhos para a descolonização dos processos grupais ao afirmar a interdependência como condição constitutiva da vida, onde se tornam possíveis a liberação de fluxos espontâneos e criativos, bem como a produção de novos des/ligamentos télicos.

Que possamos aleijar cada vez mais a teoria, principalmente diante da ausência de produções na *Revista Brasileira de Psicodrama* que utilizem o descritor “pessoas com deficiência”, o que nos mostra limites do imaginário científico do campo. Esta é uma escrita situada que se faz também como arma de guerra, e é nesse gesto de combate que se afirma o seu caráter político: nas alianças que escolhe produzir e sustentar. Nesse sentido, inserimo-nos nas disputas narrativas em torno da temática das relações de gênero a partir de recusas – recusas a pactos com discursos que, sob aparência e tecnicidade, despolitizam a categoria gênero; com lógicas mercadológicas que o transformam em produto; e com reduções identitárias que esvaziam sua complexidade e sua dimensão coletiva. Lembramos, por fim, que os estudos de gênero constituem um campo heterogêneo, atravessado por múltiplas narrativas, tensões e projetos de sociedade.

Nesse horizonte de imaginação de futuros e de ação no presente, afirmamos que a menstruação é política e coletiva. Ninguém sangra sozinho/e/a. Como nos lembra Haraway (2023), nem tudo está conectado, mas tudo está em conexão. Nesse emaranhado de interdependências, compreendemos que a devastação de determinados corpos e territórios reverbera nas teias que sustentam a vida. Estar em conexão também implica responder às violências que atravessam essas teias, produzindo alianças e solidariedades capazes de conectar mundos. Isso significa reconhecer que a colonialidade segue devastando corpos e territórios em diferentes partes do planeta. A luta indígena, bem como a Palestina, nos lembra que a despossessão da terra e a violência contra os corpos caminham juntas. Que, nesses fios, pessoas não binárias, boycetas, transmasculinas, pessoas com deficiência e todas aquelas cujas experiências menstruais são atravessadas pela guerra, pela ocupação e pelo deslocamento forçado possam ter suas vidas e seus modos de menstruar reconhecidos e sustentados em dignidade. A descolonização do corpo é também a descolonização do território.

CONFLITO DE INTERESSE

Nada a declarar.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Durante a elaboração deste manuscrito, foi utilizada a versão *online* do software *DeepL*, em julho de 2026, para a tradução do resumo e das palavras-chave do português para o inglês e espanhol, bem como para a tradução de citações diretas originalmente publicadas em outros idiomas. A revisão gramatical e ortográfica também ocorreu mediante auxílio do *ChatGPT 5.5*. Posteriormente ao uso das ferramentas de inteligência artificial, as autoras revisaram, ajustaram e validaram o texto em sua integridade e assumem total responsabilidade pelo conteúdo final da publicação.

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS

Conceitualização: Vomero LSZ, Matos VPO; **Metodologia:** Vomero LSZ, Matos VPO; **Análise formal:** Vomero LSZ, Matos VPO, Gesser M; **Investigação:** Vomero LSZ, Matos VPO, Gesser M; **Aprovação final:** Vomero LSZ.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Todos os dados são apresentados no artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 - Edital nº 001/PPGP/2025 e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Bolsa de Produtividade em Pesquisa) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

Alves, D. S. S. (2017). Concepções de deficiência: um estudo sobre a representação social da diversidade humana ao longo da história. *Revista Polyphonia*, 28(1), 31-44. <https://doi.org/10.5216/rp.v28i1.43435>

- Anzaldúa, G. (2021). La Prieta. *A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios* (pp. 63-87). A Bolha. (Obra original publicada 1981).
- Butler, J. (2016). Anseio de reconhecimento. *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, 3(5), 185-207. <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/14922>
- Costa, L. S., Dias, C. A. O., Mendonça, M. H., Mendes, C. H. F., & Simões, G. L. (n.d.). *Cuidado menstrual de pessoas com e sem deficiência: orientações para pessoas que menstruam, trabalhadores de saúde, cuidadores e familiares*. Fiocruz. <https://educare.fiocruz.br/resource/show?id=0ul2nyhy>
- Fietz, H. M. (2017). Deficiência, cuidado e dependência: reflexões sobre redes de cuidado em uma família em contexto de pobreza urbana. *Teoria e Cultura*, 11(3), 101-113. <https://periodicos.uff.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12340>
- Gesser, M., & Mello, A. G. (2021). Politizar a deficiência, produzir aleijamentos desde o Sul Global. *Psicologia para América Latina*, (36), 129-138. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X202100020003&lng=pt&tlng=pt
- Gesser, M., Zirbel, I., & Luiz, K. G. (2022). Cuidado na dependência complexa de pessoas com deficiência: uma questão de justiça. *Revista Estudos Feministas*, 30(2), e86995. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n286995>
- Gesser, M., & Moraes, M. (2024). Psicologia e políticas da deficiência: ativismos, aleijamentos e a luta anticapacitista. *Revista Psicologia Política*, 24. <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpp/article/view/25346>
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>
- Haraway, D. (2023). *Ficar com o problema*. N-1.
- Itaú Cultural. (2021, Março 15). *Nêgo Bispo: vida, memória e aprendizado quilombola* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=gLo9ZNdgJxw>
- Kafer, A. (2003). Compulsory bodies: reflections on heterosexuality and able-bodiedness. *Journal of Women's History*, 15(3), 77-89. <https://doi.org/10.1353/jowh.2003.0071>
- Kittay, E. F. (2011). The ethics of care, dependence, and disability. *Ratio Juris*, 24(1), 49-58. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9337.2010.00473.x>
- Lima, S. D. (2026). Os direitos reprodutivos das pessoas com deficiência e o projeto de Lei n.º 5679/23: proteção ou violação dos direitos humanos? *THEMIS: Revista da Esmec*, 24(1), 141-164. <https://doi.org/10.56256/xkk77y30>
- Luiz, K. G. (2023). *Implicações psicossociais do cuidado: uma análise a partir das experiências de mulheres com deficiência que vivenciam a dependência complexa* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/247724>
- Luiz, K. G., & Gesser, M. (2023). Mulheres com deficiência e dependência complexa: experiências de relações de cuidado para (sobre)viver. *Cadernos Pagu*, (68), e236807. <https://doi.org/10.1590/18094449202300680007>
- Martins, F., & Nuñez, G. (2024). Descolonizar afectos - caos, concomitancia y movimiento: un diálogo entre Fernanda Martins y Geni Nuñez. *Espirales - Revista para a integração da América Latina e Caribe*, 8(1), 392-404. <https://doi.org/10.29327/2282886.8.1-20>
- Mello, A. G. (2016). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10), 3265-3276. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>
- Mello, A. G., Aydos, V., & Schuch, P. (2022). Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. *Horizontes Antropológicos*, 28(64), 7-29. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832022000300001>
- Mingus, M. (2017, April 12). Access intimacy, interdependence and disability justice. *Leaving Evidence*. <https://leavingevidence.wordpress.com/2017/04/12/access-intimacy-interdependence-and-disability-justice/>

- Oliveira, Y. S. M., Lima, M. V. C., & Oliveira, K. K. D. (2025). Atenção às mulheres com deficiência nos serviços de saúde: uma revisão integrativa. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, 99(supl.1), e025080. <https://doi.org/10.31011/reaid-2025-v.99-n.supl.1-art.2435>
- Persdotter, J. (2020). Introducing menstrunormativity: toward a complex understanding of “menstrual monsterings”. In C. Bobel, I. T. Winkler, B. Fahs, K. A. Hasson, E. A. Kissling & T.-A. Roberts (Eds.), *The Palgrave handbook of critical menstruation studies* (pp. 357-373). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-981-15-0614-7_29
- Piccolo, G. M. (2022). *O lugar da pessoa com deficiência na história: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária*. Appris.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas* (pp. 117-142). CLACSO. <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/handle/CLACSO/14084>
- Santos, G. C. J., Santos, L. S., & Barreto, L. C. (2025). Descolonizando o amor: relacionamentos afrocentrados e o rompimento com a monogamia. *Revista Periódicus*, 1(21), 298-317. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i21.58591>
- Souza, A., & Gagliotto, G. M. (2023). A construção histórica da sexualidade: porque ela ainda é um tabu? *EDUCERE - Revista da Educação da UNIPAR*, 23(2), 547-559. <https://doi.org/10.25110/educere.v23i2.2023-002>
- Vergueiro, V. (2016). Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In S. Messeder, M. G. Castro & L. Moutinho (Orgs.), *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* (pp. 249-270). EDUFBA. <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>
- Vicente, G. C. (2020). *Direitos sexuais e reprodutivos de homens trans, boyceas e não-binários: Uma luta por reconhecimento e redistribuição de saúde pública no Brasil* (Trabalho de Conclusão de Curso, Fundação Getulio Vargas). <https://afrodite.paginas.ufsc.br/files/2020/08/2020-Direitos-sexuais-e-reprodutivos-de-homens-trans-boyceas-e-n%C3%A3o-bin%C3%A1ries-uma-luta-por-reconhecimento-e-redistribui%C3%A7%C3%A3o-de-sa%C3%BAde-p%C3%BAblica-no-Brasil.pdf>
- Vomero, L. S. Z. (2022). Decolonizando o conceito de reconhecimento (Eu-Tu). *Revista Brasileira de Psicodrama*, 30, e1422. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v30.576>
- Vomero, L. S. Z. (2025). *Uterodrama: reflorestando o corpo-território*. Ágora
- Vomero, L. S. Z., & Malaquias, M. C. (2025). Desobediência neoliberal: um relato de fracasso. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 33, e1325. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v33.682>